

## **Economia internacional e a RBE: uma retrospectiva de trinta anos**

Claudio L. S. Haddad \*

1. Contribuição teórica ao campo; 2. Atualização e informação; 3. Os debates; 4. Estudos empíricos; 5. Comentários adicionais; 6. Conclusões.

A grande maioria dos artigos publicados na *RBE* nos seus 30 anos de existência concentrou-se em três áreas — desenvolvimento econômico, inflação e comércio internacional —, englobando seus aspectos reais e monetários. Na realidade pode-se dizer que o fim último de quase todos os artigos era um só: o de contribuir para um melhor entendimento do processo de desenvolvimento e/ou sugerir medidas de política econômica visando uma melhoria qualitativa ou uma simples aceleração daquele processo. De fato, examinando o que foi publicado nestes 30 anos de *RBE* arriscamo-nos a dizer que, excetuando-se os artigos estatísticos descritivos do sistema de contas nacionais (de fundamental importância, aliás, para o conhecimento das atividades econômicas do país), mais de 90% do material restante lida implícita ou explicitamente com desenvolvimento econômico.

Uma outra característica dos artigos publicados é que eles tendem a ser, pelo menos até o final da década dos 60, muito mais gerais que espe-

\* Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas.

cíficos. Existem boas razões para isto e voltaremos a este ponto mais adiante. Mas a consequência deste fato aliado ao viés em favor de desenvolvimento econômico é que torna-se difícil a classificação dos artigos entre campos da teoria econômica.

Entretanto, uma classificação é sempre ilustrativa e vale a pena ser tentada apesar do grau de arbitrariedade nela envolvido. Deste modo consideramos um total de 69 artigos como sendo de economia internacional,<sup>1</sup> o que não implica que eles pertençam exclusivamente àquele campo. Prosseguindo, subclassificamos os artigos segundo três grupos: comércio internacional, finanças internacionais e gerais. O primeiro grupo foi ainda subdividido em três tópicos: a) teoria das vantagens comparativas e ganhos de comércio; b) política comercial; e c) uniões alfandegárias e integração regional. O segundo grupo foi por seu turno subdividido em: a) política cambial; b) balanço de pagamentos e ajustamento com taxas de câmbio fixas; c) movimentos de capitais; e d) sistema financeiro e ordem econômica internacional. Evidentemente, o grau de arbitrariedade envolvido na classificação dos artigos entre os subgrupos é ainda maior que entre os grupos principais. Particularmente difícil, por exemplo, foi a escolha entre a inclusão de artigos no subgrupo das vantagens comparativas e ganhos de comércio ou no da política comercial, pois muitas vezes os autores tratavam dos dois tópicos no decorrer dos artigos. Novamente o critério adotado foi o de se examinar o objetivo principal do artigo. Se ele, por exemplo, partia de uma análise das vantagens comparativas do Brasil para então, de passagem, sugerir medidas de política tarifária, o artigo era incluído no primeiro subgrupo. Desta forma quase todos os artigos relativos ao debate sobre a “deterioração secular da relação de trocas” foram assim classificados. Por outro lado, se o artigo tinha por objetivo principal o exame da política comercial do país tecendo paralelamente comentários sobre vantagens comparativas e ganhos do comércio, ele foi classificado como pertencente ao segundo grupo já mencionado.

Adiante apresentamos a distribuição de frequência dos 69 artigos sobre economia internacional segundo os subgrupos:

<sup>1</sup> Estamos considerando as seis conferências de Jacob Viner em 1951 como um só artigo, o mesmo acontecendo com as três palestras de Gottfried Haberler em 1959 e com as seis conferências de Lionel Robbins em 1954.

Assunto	N.º de artigos
1. Comércio internacional	31
1.1 Teoria das vantagens comparativas e os ganhos de comércio	11
1.2 Política comercial	12
1.3 Uniões alfandegárias e integração regional	8
2. Finanças internacionais	35
2.1 Política cambial	14
2.2 Balanço de pagamento e ajustamento com taxas de câmbio fixas	4
2.3 Movimentos de capitais	9
2.4 Sistema financeiro internacional	8
3. Gerais*	3
Total	69

\* Os artigos incluídos nesta categoria foram: Gudin, E. Rumos do comércio internacional. *RBE*, jun. 1959; Robbins, L.E. Seis conferências. *RBE*, jun. 1954; e Viner, J. Seis conferências *RBE*, jun. 1951.

Como podemos constatar houve um equilíbrio relativo entre a parte “real” e a “monetária” sendo que na última predominam artigos sobre política cambial.

Feita esta apresentação geral, passemos a uma análise mais detalhada do que foi publicado nestes 30 anos.

Para tanto é interessante nos perguntarmos o que se espera de uma revista técnica como a *RBE*. A nosso ver a *RBE* deveria, em maior ou menor grau, desempenhar as seguintes funções: a) contribuir para o desenvolvimento da teoria econômica; b) atualizar os seus leitores, informando-os de recentes contribuições teóricas significativas ao pensamento econômico; c) constituir-se em um veículo para debates em torno de pontos teóricos ou empíricos relevantes para a análise e compreensão de problemas econômicos brasileiros; como também d) ser um veículo para a divulgação de resultados de pesquisas ou estudos empíricos sobre os mesmos problemas. Em se tratando de uma revista publicada em português<sup>2</sup> para leitores quase na sua totalidade brasileiros, deve-se esperar que uma maior ênfase seja colocada na função *b*, de simples atualização

<sup>2</sup> Durante um breve período inicial os artigos apareciam também em inglês e francês. Durante outra ocasião um breve resumo era publicado em inglês.

de conhecimentos, do que na *a*, de contribuição efetiva para o desenvolvimento da ciência. Com efeito isto aconteceu, como veremos a seguir.

Examinemos, pois, como a *RBE* se desempenhou ao longo destes 30 anos no cumprimento destas quatro funções no que diz respeito ao campo de economia internacional.

### 1. Contribuição teórica ao campo

Como mencionamos acima era de se esperar que esta fosse a menos desenvolvida de todas as funções a serem preenchidas pela *RBE*. Com efeito, isto aconteceu. Pode-se dizer que em termos de artigos teóricos contendo modelos novos, ou pelo menos pouco difundidos, tivemos apenas cinco artigos: Baer e Maneschi (1969), Bacha (1970), Daly (1967), Gonçalves (1976) e Sjaastad (1976). Os primeiros apresentam um modelo estagnacionista, baseado em funções agregadas keynesianas simples, para explicar a queda no crescimento econômico do Brasil de 1963 a 1967 com base no “esgotamento” do processo de substituição de importações. Tanto Bacha quanto Daly apresentam modelos concernentes ao mercado de câmbio. Bacha apresenta uma fórmula simplificada para o cálculo de uma taxa de câmbio de equilíbrio — que segundo ele seria a relevante para a análise custo-benefício — para uma dada estrutura tarifária. Já Daly apresenta um modelo de planejamento em que ele deriva “taxas de câmbio equivalentes” para duas categorias de importação com base em critérios alternativos de maximização de receita tarifária ou de um superávit comercial. Este último artigo foi examinado criticamente por Kindleberger (1967).

Gonçalves apresenta um modelo de crescimento *a la* Solow incorporando aumentos de capital via empréstimos externos com conseqüente pagamento de juros. São feitas diversas hipóteses simplificadoras e, a partir daí, são derivadas trajetórias de crescimento da renda *per capita* doméstica para diversos perfis de dívida externa, e feitas inferências sobre a estrutura ótima, da absorção de empréstimos. Por seu turno, Sjaastad apresenta um modelo de curto prazo (melhor dizendo curtíssimo prazo) mostrando como variações na política monetária poderiam se propagar com extrema rapidez para o balanço de pagamentos, quer em um sistema de taxas fixas de câmbio ou flutuantes.

Não vamos entrar nos méritos dos modelos que, evidentemente, podem ser criticados em diversos aspectos. Fica aqui apenas o registro.

## 2. Atualização e informação

Em um país em desenvolvimento como o Brasil onde uma camada reduzida, mesmo dos estudantes de nível universitário, tem acesso a revistas técnicas em língua estrangeira, a função de atualização e informação desempenhada por uma revista como a *RBE* não deve ser menosprezada. E quanto mais caminhamos em direção ao passado mais importante seria esta função.

Em retrospecto podemos dizer que no geral a *RBE* se desempenhou satisfatoriamente no que tange à informação e atualização em economia internacional, pelo menos até meados dos 60. Para isto em muito contribuíram as conferências de Viner (1951), Robbins (1954) e Haberler (1959). Mas deve-se destacar também os trabalhos de Bernstein (1956), Campos (1950), Gudin e Kingston (1949), Haberler (1948, 1952, 1965 e 1966), Hansen (1949), Kafuri (1947) e Senna (1974). Como podemos verificar, apenas três dos artigos citados com grande conteúdo informativo foram publicados após 1960.

Devido a este fato é de se esperar que os desenvolvimentos mais recentes do campo não tenham sido notificados. No que tange à teoria pura destacamos como omissões mais graves a discussão sobre o *second best*, tarifa efetiva e comércio e desenvolvimento e, do lado das finanças internacionais, os modelos monetários do balanço de pagamentos, o problema da escolha de instrumentos de política econômica (*assignment problem*), as teorias explicativas dos movimentos de capitais e a discussão relativa à "área ótima de moeda".

Por outro lado pode-se argumentar que em virtude de um acesso cada vez mais difundido a publicações do exterior e ao aparecimento de outras revistas técnicas de qualidade no Brasil no começo dos 70, a função informativa da *RBE* vem-se tornando menos importante, não havendo a necessidade de se cobrir todo o campo.

## 3. Os debates

Teria a *RBE* se constituído em um veículo para debates em torno de assuntos relevantes às relações internacionais do Brasil? E, caso afirmativo, quais seriam eles?

Não resta dúvida de que a *RBE* foi palco de debates em pelo menos dois assuntos: o primeiro e o mais importante, a nosso ver, relativo à política de substituição de importações, e o segundo referente à formação de um mercado comum latino-americano.

O debate sobre a substituição de importações foi aberto por Singer (1950a e 1950b). Segundo ele, haveria uma tendência secular para a deterioração da relação de trocas dos países subdesenvolvidos exportadores de produtos primários, tendência esta já detectada em um estudo das Nações Unidas.<sup>3</sup> Tal tendência seria causada tanto pela menor taxa de aumento do consumo dos produtos primários devido à sua baixa elasticidade-renda quanto à maior taxa de progresso técnico na indústria, inovações estas que tenderiam a ser justamente poupadoras de matérias-primas, agravando o baixo crescimento da demanda anteriormente aludido. Além disto o progresso técnico na produção de manufaturados seria mais do que compensado pelo aumento de salários provocado pelo crescimento econômico, de forma que todas as forças, quer do lado da oferta quer do da demanda, levariam a uma deterioração secular dos preços das exportações dos países subdesenvolvidos em relação aos das suas importações.

Em vista disto, o governo deveria intervir desencadeando um processo de industrialização via substituição de importações, uma vez que o setor privado, preocupado somente com o curto prazo e sem dispor de recursos “excedentes” nos anos de crise, não teria condições para tanto. A substituição de importações ainda teria o efeito colateral de aumentar o produto na medida em que, primeiro, ao se contrair as importações de bens de consumo “sobrariam” divisas que seriam empregadas nas importações de máquinas e equipamentos, aumentando o investimento doméstico. E, segundo, pelo fato de, ao se promover a industrialização se atrair mão-de-obra da agricultura, cuja produtividade marginal seria próxima de zero, reduzindo-se o subemprego e melhorando-se a alocação de recursos.

Estes argumentos, ampliados e por vezes ligeiramente modificados, constituíram a base da conhecida “escola da Cepal” ou “enfoque estruturalista”. As críticas a ele formuladas são por demais conhecidas por qualquer estudioso de comércio internacional e desenvolvimento econômico. Na *RBE* elas foram expostas e elaboradas em diversas ocasiões por

<sup>3</sup> Nações Unidas (1949).

diversos autores. Já Viner em uma de suas seis conferências<sup>4</sup> tece alguns comentários críticos e extremamente lúcidos sobre os diversos problemas de interpretação dos resultados do famoso estudo das Nações Unidas. Estes comentários seriam ampliados por Baldwin (1952) e ainda pelo próprio Viner (1953), que inclusive criticaria Baldwin por ter sido muito complacente com o argumento de deterioração secular da relação de trocas.

Nurkse (1951), por sua vez, examinaria criticamente o argumento de que a substituição de importações com conseqüente redução das importações de bens de consumo e aumento das de bens de capital expandiria os investimentos domésticos do mesmo montante. O argumento, que ainda aparece sob nova roupagem hoje em dia, não levaria em consideração que importações são meros resíduos e que, portanto, um aumento das importações de bens de capital não significa necessariamente um aumento no investimento doméstico agregado. Este mesmo ponto seria enfatizado posteriormente por Gudin (1959).

Mas a crítica mais abrangente seria proferida por Haberler (1959). Analisando o argumento da deterioração da relação de trocas, e depois de se referir à confusão muitas vezes feita na argumentação entre salários monetários e reais, e de mencionar que o progresso técnico na indústria se processa a taxas bem mais rápidas que na agricultura e que novos estudos empíricos contrariariam completamente as conclusões do estudo das Nações Unidas, ele concluiria: "De qualquer maneira, é bem arriscado fazer previsões a partir de uma base tão controvertida, e será sinal de grande irresponsabilidade recomendar-se diretrizes políticas fundamentais em generalizações tão pouco seguras."<sup>5</sup>

Pode-se dizer que o segundo debate começou com os dois trabalhos de Ferrero (1960 e 1961), examinando as vantagens e desvantagens de uma união alfandegária entre países da América Latina à luz inclusive das teorias que na época estavam se desenvolvendo relativas ao assunto. No trabalho de 1961 ele tece diversas críticas ao Tratado de Livre Comércio de Montevidéu em relação à ênfase em reciprocidade, que não deveria ser forçada a risco de se violar importantes vantagens comparativas, às elevadas tarifas de vários países-membros, sem que houvesse compromisso algum de reduzi-las, e às restrições feitas ao comércio de produtos agrícolas.

<sup>4</sup> Viner (1951), sexta conferência: A economia do desenvolvimento.

<sup>5</sup> Haberler (1959), p. 34.

Já Micksell (1962) argumentaria que a teoria tradicional deixaria a desejar na análise de uma união alfandegária entre países subdesenvolvidos (embora sem especificar exatamente as razões pelas quais isto ocorreria). Segundo ele, uma união alfandegária na América Latina traria diversos benefícios aos seus membros, pois poderia haver uma alocação ótima de produção entre os diversos países. Continuando a argumentação, ele alega que seria difícil para os países subdesenvolvidos expandirem suas exportações de produtos manufaturados para os desenvolvidos devido à falta de experiência na área de comercialização e que, por conseguinte, a Alalc teria um importante papel a desempenhar ao lhes dar o aprendizado necessário. À luz da experiência de vários países subdesenvolvidos após 1965 estas previsões quanto às limitações às suas exportações de manufaturados nos parecem extremamente pessimistas.

Mais uma vez os pontos relevantes do debate foram analisados por Haberler (1965a, 1965b e 1966). Após examinar a experiência européia (1965), que seria o resultado de várias características históricas e conjunturais particulares, ele analisa o caso dos países subdesenvolvidos (1965b). Frisando que os princípios teóricos envolvidos na análise para os últimos são os mesmos que em relação aos desenvolvidos ele chama a atenção para diversos fatores, alguns dos quais mencionados por Ferrero anteriormente, levantando dúvidas sobre o sucesso de uma união alfandegária latino-americana. Estas dúvidas seriam ainda ampliadas posteriormente.<sup>6</sup>

#### **4. Estudos empíricos**

Dos 69 artigos mencionados anteriormente, 22 podem ser classificados como estudos empíricos. Destes, 14 foram publicados de 1968 em diante, o que nos mostra uma clara mudança de tendência ao longo destas três décadas. Com efeito, uma das características da maioria dos artigos examinados é o seu caráter eminentemente discursivo. Mesmo simples elaborações de tabelas eram exceção e não regra geral. Não resta dúvida que dois fatores contribuíram em muito para isto: primeiro a precariedade das estatísticas, e segundo, pelo menos até meados dos 60, o limitado acesso a computadores. Mas também não resta dúvida que um pouco da influência "bacharelista" sobre os economistas brasileiros deve ter tam-

<sup>6</sup> Haberler (1966).



bém contribuído para o fato. Tanto é que, dos 22 artigos, 15 foram escritos por autores estrangeiros.

Os artigos versaram sobre diversos assuntos. Começando com a apresentação do balanço de pagamentos do Brasil por Pegurier (1948), com extratos do famoso estudo das Nações Unidas (1949) sobre as relações de troca dos países subdesenvolvidos e com a análise teórica e empírica (com o emprego de simulações) do mercado de câmbio brasileiro por Gudin e Kingston (1949), eles tiveram um longo interlúdio na década dos 50, quando apenas três artigos empíricos foram publicados. Foram eles: Silva (1952), que estimou índices de relação de trocas para o Brasil de 1901 a 1950; Loeb (1954), que apresenta os resultados básicos relativos ao denominado "paradoxo de Leontief"; e Mortara *et alii* (1959), que calculam "índices de difusão" para o comércio internacional.

Na década dos 60, tivemos os dois artigos de Huddle (1964a e 1964b) sobre o sistema cambial brasileiro de 1945 a 1954; o de Baer e Kerstenetzky (1964) que, mediante emprego de uma matriz insumo-produto norte-americana, estimam a absorção de mão-de-obra e os impactos sobre a produção de bens intermediários e finais da política de substituição de importações; o artigo de Peláez (1968) sobre a balança comercial durante a Grande Depressão e sobre o surto de industrialização nos anos 30; e o de Tyler (1968) sobre a taxa cambial brasileira e a política de minidesvalorizações.

Nos anos mais recentes é que se verificou uma maior concentração de estudos empíricos — não somente isto, mas também um aumento substancial no grau de elaboração e sofisticação dos mesmos. Tivemos, por exemplo, dois artigos de Tyler (1970 e 1973) sobre a utilização relativa de fatores no setor exportador, sendo que no segundo ele estima requisitos diretos e indiretos de mão-de-obra para aumento de produção do setor com base na matriz insumo-produto para o Brasil de 1959. Um maior desenvolvimento do assunto teria continuidade em outra revista.<sup>7</sup> Por outro lado tanto Doellinger (1972) quanto Tyler (1972) apresentariam estimativas de oferta de produtos de exportação em bases trimestrais, sendo que Doellinger analisaria extensivamente diversos outros aspectos relativos ao setor exportador.

Como estudos específicos de política comercial destacam-se os de Knight (1972) e Mueller (1971). O primeiro sobre a política de substituição de importações relativa ao trigo e o segundo sobre o acordo interna-

<sup>7</sup> Veja *Estudos Econômicos*, v. 2, 1972.

cional do café. Ambos os artigos constituem bons exemplos de estudos de caso na área de política comercial brasileira. Outros bons estudos de caso, já na área cambial, foram os de Suzigan (1971) e Huddle (1972), este último continuando a análise desenvolvida em seus dois artigos anteriores, desta feita cobrindo o período em que se verificou o sistema de leilões de câmbio (1953-57). Já Suzigan apresenta uma análise histórica da política cambial brasileira, basicamente descritiva, cobrindo o período 1889-1946.

Sobre tarifas efetivas destacaram-se os estudos de Barros *et alii* (1975) e Sahota (1972). O primeiro apresenta estimativas de taxas de Bruno para diversos produtos de exportação, analisando em que casos estaríamos exportando os produtos “certos” e onde haveriam maiores vantagens comparativas, e o segundo apresenta um estudo comparativo da estrutura de tarifas efetivas no Brasil e na Índia. Finalmente, Swoboda (1976), em um trabalho relativamente curto, tece diversas considerações relevantes consubstanciadas em um suporte empírico sobre a situação financeira internacional e a crise do petróleo.

Como podemos verificar, o elenco dos estudos empíricos é bastante variado, cobrindo diversas áreas do campo, embora a ênfase neste tipo de trabalho seja recente. Mas acreditamos que a tendência para o futuro seja a de uma participação ainda maior de estudos empíricos e resultados de pesquisa nos artigos a serem publicados na *RBE*.

## **5. Comentários adicionais**

Como em qualquer revista técnica, a qualidade dos artigos apresentados não foi uniforme. É evidente que neste particular estamos entrando em terreno por vezes bastante subjetivo, que varia de acordo com as orientações políticas e profissionais de cada um. Mas creio que a maioria dos estudiosos de economia internacional destacaria as lúcidas conferências de Viner, Robbins e Haberler como exemplos de trabalhos que, embora gerais, foram extremamente densos em conteúdo, de relevância perene. Em se tratando dos autores mencionados não nos surpreende que assim o seja.

Os temas das conferências foram em grande parte comuns: como o aparato da teoria clássica pode ser relevante na análise dos problemas dos países subdesenvolvidos e quais suas implicações. A mesma orientação

aparece nítida em outros artigos como os de Gudin (1959), Ferrero (1960) e Kafka (1961).

Mas não teriam aqueles autores pregado ao vento? Afinal de contas a nossa história comercial do pós-guerra caracterizou-se por uma batelada de intervenções, controles e distorções. Tarifas, quotas, contingenciamentos, taxas de câmbio supervalorizadas, por vezes taxas múltiplas de câmbio, depósitos prévios e outras medidas intervencionistas ocorreram constantemente, variando apenas em grau nas três últimas décadas. Por outro lado, apenas examinando as medidas intervencionistas somos levados a imaginar que as distorções seriam maiores do que de fato o foram, uma vez que o “jeitinho” brasileiro por muitas vezes encontrava meios de escapar da legislação severa, via, por exemplo, isenções tarifárias, que foram a regra geral para uma série de produtos.<sup>8</sup> Mas no cômputo geral, pode-se dizer que os conselhos dos economistas mencionados anteriormente não foram seguidos.

Por que isto? Certamente não foi por falta de lógica na argumentação, pois os argumentos eram não só lógicos mas coerentes e elegantes. Tampouco, como muitos podem pensar, foi por um irrealismo dos mesmos. Em nenhuma ocasião deparamos com argumentos que levariam ao extremo *laissez-faire*. O argumento da indústria nascente é muitas vezes reconhecido. No que se refere à política cambial, tanto Viner quanto particularmente Robbins fazem diversas ressalvas às taxas de câmbio flutuantes. Este ponto é enfatizado por Haberler (1965b). Segundo ele, um liberal em um país em desenvolvimento não é quem propõe comércio livre mas sim tarifas baixas (em torno de 30% ou 40%) e relativamente uniformes, ao invés de uma estrutura tarifária extremamente heterogênea aliada a controles quantitativos de toda a sorte. Logo, a opção nunca foi na realidade entre *laissez-faire* ou controles mas sim entre intervenções via preço e mercado ou dirigismo seletivo.

Qual a razão do segundo tipo de intervenção ter sido normalmente escolhido? A resposta é dada nas próprias conferências de Viner e Robbins. Como o último bem assinala, os economistas tendem normalmente a desconsiderar questões de ordem político-militar (segurança nacional), que muitas vezes são mais importantes que qualquer aspecto alocativo, as duas guerras mundiais servindo de testemunho para a proposição. A expe-

\* Uma argumentação em certos pontos ao longo desta linha é desenvolvida por Huddle em seus artigos sobre o sistema cambial brasileiro.

riência da II Guerra, por exemplo, foi particularmente amarga para diversos países subdesenvolvidos, que se viram repentinamente tolhidos em suas possibilidades de importação de produtos industrializados. Este evento seria um dos fatores importantes no estímulo à industrialização da maioria daqueles países no pós-guerra.

Em segundo lugar, e não menos importante, foi a ênfase dada ao planejamento econômico, com o fito de “crescer rápido”, na maioria dos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil. Como bem aponta Viner, planejamento econômico e livre funcionamento do mercado são duas coisas em geral incompatíveis. A razão é que, primeiro, o livre funcionamento do mercado tende muitas vezes a neutralizar intervenções localizadas. Para evitar que isto aconteça são necessárias novas intervenções, que se tornam, de acordo com Viner, contagiosas. Segundo, que é muito mais fácil planejar diretamente por quantidades do que indiretamente via preços, e, logo, haverá sempre uma tendência favorecendo controles de ordem quantitativa, que tornariam mais fáceis a adequação dos planos à realidade. Caso contrário, normalmente teriam de ser estimadas elasticidades-preço de curto e longo prazo, tarefa complexa e sujeita a erros, indesejáveis para os planejadores. E, finalmente, como argumenta Viner, há ainda um viés natural dos planejadores para a autarquia, o que faz com que o comércio externo seja o setor da economia onde as intervenções tendem a ser mais marcantes. Isto porque, novamente, as interligações com o resto do mundo “atrapalham” o planejamento. Como planejar se os preços de vários produtos domésticos flutuam ao sabor do mercado externo? Como permitir que flutuações de curto prazo nas rendas externas influenciem o PNB doméstico? Para se evitar estes eventos indesejáveis tenta-se limitar ao máximo as relações da economia doméstica com o exterior através de controles.

Em vista disto não é de se surpreender que os argumentos dos economistas “neoclássicos” não tenham tido eco. A batalha já estava perdida de antemão no campo político.

Finalizando, deve-se registrar que a tradição de se trazer economistas estrangeiros de renome para aqui proferirem conferências publicáveis na *RBE* foi reencetada em 1975 com o seminário sobre a crise econômica mundial. Os trabalhos apresentados foram publicados na *RBE* de março de 1976 e constituem importante material para análise dos problemas internacionais recentes.

## 6. Conclusões

Qualquer análise da qualidade dos artigos publicados na *RBE* tem de levar em conta que ela é uma revista técnica de economia publicada no Brasil, onde ainda há uma escassez de profissionais qualificados em todos os campos, a economia não sendo exceção. Logo, uma comparação com revistas como a *American Economic Review*, por exemplo, é fútil e sem sentido. Examinando-se o problema sob o ângulo de Brasil chega-se à conclusão que, embora apresentando altos e baixos, a *RBE* desempenhou-se bem de suas funções pelo menos no que se refere à economia internacional. Seria injusto deixar de mencionar que isto foi devido ao trabalho e à dedicação de algumas poucas pessoas. Em economia internacional, nomes como Gudin e Kafka, dentre os autores nacionais, aparecem constantemente ao longo destes anos. A eles e a todos os outros que contribuíram para que fosse possível manter uma revista técnica em economia de qualidade no Brasil, em tiragem normal ao longo destes 30 anos, fica o nosso reconhecimento penhorado.

## Bibliografia

Bacha, Edmar L. Taxas de câmbio de equilíbrio — formulação teórica e exemplificação. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 24, p. 145-61, mar. 1970.

Baer, Werner & Kerstenetzky, Isaac. Substituição de importações e industrialização no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, p. 5-24, set. 1964.

Baer, Werner & Maneschi, Andrea. Substituição das importações, estagnação e mudança estrutural — uma interpretação do caso brasileiro. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 23, p. 72-91, mar. 1969.

Baldwin, Robert E. A modificação secular das relações de troca. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, p. 79-106, set. 1952.

Baldwin, Robert E. Comentários sobre relações de troca — comentários adicionais. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 7, p. 97-105, mar. 1953.

Barros, José Roberto Mendonça de et alii. Sistema fiscal e incentivos às exportações. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 29, p. 3-24, dez. 1975.

Bernstein, E. M. Análise dos problemas de balanços de pagamentos. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 10, p. 5-50, jun. 1956.

Boudeville, J. R. J. Tinbergen — estudo teórico sobre uma política de comércio exterior. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 9, p. 7-36, jun. 1955.

Bulhões, Octávio Gouvêa de. O Brasil e a política monetária internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 31-44, dez. 1972.

Campos, Roberto de Oliveira. Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 4, p. 7-32, jun. 1950.

Daly, Herman E. As taxas de câmbio múltiplas equivalentes e o controle do comércio exterior. Um ponto de vista teórico e um modelo de planejamento. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 21, p. 70-95, set. 1967.

Diaz, Alejandro, Carlos E. Alguns aspectos da experiência do Brasil com a ajuda externa. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 159-88, mar. 1972.

Doellinger, Carlos Von. Exportações brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 51-104, mar. 1972.

Ferrero, Rômulo. O Mercado Comum Latino-Americano. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 14, p. 17-44, set. 1960.

———. O sistema cambial do Peru. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 14, p. 5-40, dez. 1960.

———. O Tratado de Livre Comércio de Montevideú. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 15, p. 21-32, jun. 1961.

Gonçalves, Antonio Carlos Porto. Crescimento econômico com dívida externa. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 30, p. 223-40, jun. 1976.

Gudin, Eugenio. A desvalorização da libra (conferência). *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 3, p. 113-8, set. 1949.

———. Rumos do comércio internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 13, p. 53-80, jun. 1959.

Gudin, Eugenio e Kingston, Jorge. A taxa de equilíbrio do cruzeiro. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 3, p. 7-35, dez. 1949.

Haberler, Gottfried. Escassez de dólares? *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 2, p. 7-40, mar. 1948.

Haberler, Gottfried. A depreciação da moeda e as relações de troca. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, p. 119-33, mar. 1952.

———. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 13, p. 5-52, jun. 1959.

———. Problemas de integração econômica em países subdesenvolvidos. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 19, p. 43-54, mar. 1965.

———. Integração econômica: a experiência européia. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 19, p. 25-42, mar. 1965.

———. Further remarks on the problem of integration of less developed countries. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 20, p. 200-12, jun. 1966.

Hansen, Alvin H. Evolução monetária internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 3, p. 39-70, mar. 1949.

Hinshaw, Randall. A política de discriminação no comércio internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 2, p. 87-106, set. 1948.

Huddle, Donald. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil. Diretrizes políticas e história, 1945-54. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, p. 5-40, mar. 1964.

———. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil. Eficácia, bem-estar e desenvolvimento econômico. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, p. 5-48, jun. 1964.

———. O sistema brasileiro de taxas cambiais flutuantes — sua equidade distributiva, suas relações com a inflação e sua eficiência. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 149-68, dez. 1972.

Johnson, Harry, G. Um panorama da crise mundial e comércio internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 30, p. 5-21, mar. 1976.

Kafka, Alexandre. Os capitais estrangeiros e o balanço de pagamentos. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 15, p. 77-82, dez. 1961.

———. A liquidez internacional: sua importância atual para os países menos desenvolvidos. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 22, p. 39-49, set. 1968.

———. A integração monetária regional dos países desenvolvidos. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 22, p. 5-13, dez. 1968.

Kafka, Alexandre. Alguns aspectos das relações financeiras da América Latina com o Fundo Monetário Internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 23, p. 5-24, set. 1969.

Kafuri, Jorge. Taxa cambial. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 1, p. 51-74, set. 1947.

Kerstenetzky, Isaac & Baer, Werner. Substituição de importações e industrialização no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, p. 5-24, set. 1964.

Kindleberger, C. P. As taxas de câmbio múltiplas equivalentes e o controle do comércio externo por Herman E. Daley. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 21, p. 69-71, dez. 1967.

Kingston, Jorge. Investimentos nacionais e capitais estrangeiros. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, p. 49-60, jun. 1964.

Knight, Peter T. Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção do trigo no Rio Grande do Sul. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 3-32, jun. 1972.

Langoni, Carlos Geraldo. A crise mundial: causas e perspectivas. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 30, p. 127-36, mar. 1976.

Lemgruber, Antonio Carlos. Uma aplicação da teoria de tarifas ao caso do petróleo. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 29, p. 139-48, set. 1975.

Loeb, Gustaff F. A estrutura do comércio exterior da América do Norte. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, p. 81-98, dez. 1954.

Maneschi, Andrea & Baer, Warner. Substituição das importações, estagnação e mudança estrutural — uma interpretação do caso brasileiro. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 23, p. 72-91, mar. 1969.

Mikesell, Raymond F. Mercado comum e desenvolvimento econômico latino-americano. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 16, p. 21-32, set. 1962.

\_\_\_\_\_. Problemas de exportações dos países latino-americanos. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 16, p. 5-20, set. 1962.

Mortara, Giorgio et alii. Índices da intensidade do comércio internacional e sua aplicação no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 13, p. 25-38, set. 1959.



Mueller, Charles C. O impacto do Acordo Internacional do Café sobre o preço do café. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 25, p. 131-66, set. 1971.

Nações Unidas. Extrato de um estudo das Nações Unidas, relações de troca post-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 3, p. 15-46, set. 1949.

Pégurier, Guilherme Augusto. Balança de pagamento do Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 2, p. 7-90, dez. 1948.

Peláez, Carlos Manuel. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 22, p. 15-47, mar. 1968.

Robbins, Lionel E. Seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, p. 9-229, jun. 1954.

Sahota, G. S. Proteção e industrialização. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 79-112, jun. 1972.

Senna, José Júlio. Nota sobre a origem do sistema de minidesvalorizações. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 28, p. 29-38, jun. 1974.

Silva, Helio Schlittler. Índices de preços no comércio exterior do Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 6, p. 69-104, jun. 1952.

Singer, H. W. Comércio e investimentos em áreas subdesenvolvidas. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 4, p. 81-102, mar. 1950.

\_\_\_\_\_. Cinco conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 4, p. 9-177, set. 1950.

Sjaastad, Larry A. Sobre teoria monetária do balanço de pagamentos: uma extensão. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 30, p. 205-22, jun. 1976.

Stoleru, Lionel. A crise financeira internacional. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 30, p. 101-11, mar. 1976.

Suzigan, Wilson. Política cambial brasileira, 1889-1946. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 25, p. 93-112, set. 1971.

Swoboda, Alexander K. Inflação petróleo e a crise econômica mundial. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 30, p. 41-54, mar. 1976.

Tyler, William G. As taxas de câmbio cadentes e a inflação endêmica. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 22, p. 80-93, dez. 1968.

———. A combinação de fatores de produção nas exportações industriais no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 24, p. 109-44, mar. 1970.

———. Política econômica e programação de exportações industrializadas no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, p. 141-54, mar. 1972.

———. O emprego e a expansão da exportação de manufaturados numa economia em desenvolvimento: o caso brasileiro. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 27, p. 3-18, dez. 1973.

Viner, Jacob. Seis conferências. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, p. 11-225, jun. 1951.

Wionczek, Miguel S. Viabilidade de estudos empíricos acerca dos investimentos estrangeiros na América Latina. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, v. 23, p. 5-22, dez. 1969.